

SUMÁRIO

Capítulo I

O ESTADO 11

Vinícius Soares de Campos Barros

1. Introdução 11
2. O desafio de conceituar ou o risco de afundar
na areia movediça das realidades complexas 12
 - 2.1. Um ponto inegociável 13
 - 2.2. Discussão Conceitual 16
3. Origem do Estado: três perspectivas teóricas 22
 - 3.1. Perspectiva Aristotélica 22
 - 3.2. Perspectiva Contratualista 24
 - 3.3. Perspectiva Marxiana 27
4. Crise do Estado. A modo de conclusão 29
5. Referências 32

Capítulo II

CAMINHOS DA UNIDADE 37

Agassiz Almeida Filho

1. Introdução 37
2. Referencial teórico 38
3. Absolutismo político: projeção histórica 41
4. Compreensão tradicional do estado absoluto 42
5. Centralização política e estado moderno: antecedentes medievais 45
6. Fase patrimonial do estado absoluto 51
7. Ascensão e queda do Estado de Polícia 55
8. A modo de conclusão 64
9. Bibliografia 65

Capítulo III

O PARADIGMA VESTEFALIANO E O ESTADO CONTEMPORÂNEO

O que 1648 tem ainda a dizer em 2008? 69

Marcílio Toscano Franca Filho

1. Introdução 69
2. Ambiência histórica: da guerra dos trinta anos à paz de vestefália 73
3. As conseqüências jurídicas da paz de vestefália:
o núcleo do paradigma vestefaliano 80

4.	À guisa de conclusão: <i>auf wiedersehen</i> , vestefália?	84
5.	Bibliografia	89

Capítulo IV

A POSSE AD ESSE:

Uma análise dos pressupostos histórico-conceituais do poder constituinte enquanto fato político e categoria científica	93
---	-----------

Hugo César Araújo de Gusmão

Introdução	93
1. A especificidade histórica do estado-nação enquanto forma de organização política	94
2. A forja da soberania enquanto peculiar qualidade do poder político na modernidade	96
3. A precedência histórica do poder constituinte enquanto idéia no pensamento de emer vattel	100
4. A fundação da república na américa e o advento fático do poder constituinte	101
5. O surgimento da categoria do poder constituinte no pensamento de sieyès no contexto revolucionário francês	105
6. Considerações finais	107
7. Referências	109

Capítulo V

REFLEXÕES SOBRE UMA PERSPECTIVA POLÍTICA DA DEMOCRACIA

111

Emerson Barros de Aguiar

1. Introdução	111
2. Fundamentos da democracia	112
3. Democracia e inclusão	117
4. Fundamentos ético-políticos da democracia	119
5. O mito do triunfo da democracia	121
6. Considerações finais	123
7. Referências	124

Capítulo VI

TEORIA DEMOCRÁTICA CONTEMPORÂNEA: DE SCHUMPETER A MAINWARING

129

Armando Albuquerque

1. Introdução	129
2. Teoria competitiva da democracia	131
3. Definição procedural mínima de democracia	138

3.1.	A crítica de Mainwaring <i>et alii</i> à definição submínima de democracia	139
3.2.	Regras de codificação e agregação para classificar regimes políticos.....	141
4.	Definindo democracia, recodificando e reclassificando regimes políticos	142
5.	Algumas considerações finais	146
6.	Referências bibliográficas.....	147
	Anexo.....	149

Capítulo VII

APORIAS ACERCA DO “CONDOMÍNIO LEGISLATIVO” NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO STF

	151
--	-------	-----

André Ramos Tavares

1.	Apresentação do tema.....	151
2.	Jurisprudência do STF	153
2.1.	Definição de normas gerais	156
2.1.1.	Necessidade de Aplicação Federativa Uniforme.....	156
2.1.1.1.	Relevância	158
2.1.1.2.	Comércio Interestadual.....	159
2.1.1.3.	Rotulagem ou Aspectos da Produção e Consumo que demandam tratamento uniforme.....	163
2.1.2.	Normas Gerais enquanto normas de maior abstração	164
2.1.3.	Outros Critérios	165
2.1.3.1.	Proibição e Permissão.....	165
2.2.	Dificuldade de categorização de determinados tópicos como matérias de competência privativa da União e como matérias afeitas ao “condomínio legislativo”	167
2.2.1.	Competência Concorrente de Proteção e Integração Social das Pessoas Portadoras de Deficiência (Art. 24, XIV) ou Competência Privativa para legislar sobre trânsito e transporte (Art. 22, XI)?	168
2.2.2.	Competência Concorrente sobre Previdência Social, Proteção e Defesa da Saúde (art. 24, XII) ou Competência Privativa para legislar sobre trânsito e transporte (Art. 22, XI) e do trabalho (art. 22, I)?	169
2.2.3.	Competência Concorrente para Legislar sobre Direito Econômico (art. 24, I) ou Competência Privativa para Legislar sobre Direito Civil (art. 22, I)/ Competência Concorrente para legislar sobre Educação, Cultura, Ensino e Desporto (art. 24, IX) ou Competência Privativa para Legislar sobre Direito Civil (art. 22, I)?.....	171
2.2.4.	Considerações Gerais sobre este Tópico	173

3.	Conclusões.....	174
3.1.	Esquadramento do Universo Pesquisado.....	174
3.2.	Postura crítica quanto ao encaminhamento geral do STF.....	175
4.	Referências bibliográficas:.....	176

Capítulo VIII

REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA

LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	177
--	------------

Talden Farias

1.	Introdução.....	177
2.	Repartição de Competências e Estado Federativo.....	178
3.	Competência em Matéria Ambiental.....	181
4.	Competência legislativa em matéria ambiental.....	181
5.	Considerações Finais.....	189
6.	Referências.....	191

Capítulo IX

DELINEAMENTO DAS COMPETÊNCIAS

FEDERATIVAS NO BRASIL.....	193
-----------------------------------	------------

Walber de Moura Agra

1.	Enfoque temático.....	193
2.	Repartição de competência.....	194
3.	Tipos de competências.....	196
3.1.	Competência Exclusiva.....	196
3.2.	Competência privativa.....	197
3.3.	Competência comum.....	198
3.4.	Competência concorrente.....	200
4.	Conflito normativo na repartição de competência.....	201
5.	Conceito jurídico indeterminado.....	202
6.	Jurisprudencialização.....	204
7.	Bibliografia.....	207

Capítulo X

INTERVENÇÃO FEDERATIVA: SUBSIDIARIEDADE.....	209
---	------------

Luciana Campanelli Romeu e

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

1.	Intervenção federativa.....	209
2.	Escorço no direito estrangeiro.....	211
2.1.	Constituição dos Estados Unidos de 1787.....	211
2.2.	Constituição da Alemanha.....	212

SUMÁRIO

2.3.	Constituição da Argentina de 1853	213
2.4.	Constituição da Suíça de 1999	213
2.5.	Outras Constituições	213
3.	Escoço histórico no Brasil	213
4.	Alguns aspectos gerais da intervenção federativa	218
5.	Intervenção e o Supremo (guardião da CF)	224
6.	Conclusão.....	228

Capítulo XI

INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS-MEMBROS:

CONCEITO E NATUREZA	229
----------------------------------	------------

Francisco Bilac Pinto

1.	Definições	229
2.	Histórico norte-americano	234
3.	Ato político	236
4.	Ato interventivo: dever ou faculdade?	241
5.	Dever de intervir: origens constitucionais	243
6.	Dever de intervir na Constituição atual	244
7.	O exemplo alemão	246
8.	A relativização do instituto	248

